





# Vetor: Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (N° 283737)

Ata/Pauta - 18.10.2024 - 3ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2024 (ID 10775063)

## Agendamento (ID 10775064)

**Data:** 18/10/2024 **Horário:** 11h

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

## Membros do Comitê de Governança e Estratégia

Desembargador Presidente - Célio Horst Waldraff

Desembargador Vice-Presidente - Marco Antônio Vianna Mansur

Desembargador Corregedor - Benedito Xavier da Silva

Magistrado Gestor de Metas - Desembargador Arion Mazurkevic

Desembargadora Diretora da Escola Judicial - Ana Carolina Zaina

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - Eliázer Antonio Medeiros

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas - Paulo Ricardo Pozzolo

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau - Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau - Célio Horst Waldraff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade - Angélica Cândido Nogara Slomp

Magistrado do 1º Grau de jurisdição - Guilherme Mayer Amin

Secretária-Geral da Presidência - Maria Rosicler Cretella

Secretária-Geral Judiciária - Yonara Yoko Pozzolo

Diretor-Geral - Sandro Alencar Furtado

Secretário da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - Eduardo Silveira Rocha

Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - Luiz Henrique Tacconi

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - Fabrício Teilo de Araujo

Assessor da Assessoria de Comunicação - Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador - Roberta de Biasio Pires

Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho - Adair José Bolzon



#### **Convidados**

Presidente da AMATRA IX - Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra - Renato Celso Moreira Filho

Presidente da OAB-PR - Marilena Indira Winter

Presidente AATPR - Marco Aurélio Guimarães

Procurador-Chefe do MPT-PR - Alberto Emiliano de Oliveira Neto





Local da reunião: Videoconferência

Participantes:

#### Membros do Comitê de Governança e Estratégia

Desembargador Presidente - Célio Horst Waldraff

Desembargador Vice-Presidente – Marco Antônio Vianna Mansur

Desembargador Corregedor – Benedito Xavier da Silva

Desembargador Gestor de Metas – Arion Mazurkevic

Desembargador representando a Escola Judicial – Eliázer Antonio Medeiros

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição – Eliázer Antonio Medeiros

Desembargador Coordenador do Comitê de TIC - Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas – Paulo Ricardo Pozzolo

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau – Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau – Célio Horst Waldraff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Angélica Cândido Nogara Slomp

Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição – Guilherme Mayer Amin

Secretária-Geral da Presidência, em substituição – Larissa Renata Kloss

Secretária-Geral Judiciária – Yonara Yoko Pozzolo

Secretário da Secretaria-Geral de TIC – Eduardo Silveira Rocha

Diretor-Geral – Sandro Alencar Furtado

Diretor da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Estatística – Luiz Henrique Tacconi (Secretário do Comitê de Governança e Estratégia)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Fabrício Teilo de Araújo

Assessor da Assessoria de Comunicação – Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador eleita como representante do 2º Grau de Jurisdição – Roberta de Biasio Pires

## Convidados

Presidente da AMATRA IX – Juiz Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra – Renato Celso Moreira Filho

Juíza Auxiliar da Presidência – Simone Galan de Figueiredo

Secretário da Corregedoria Regional – Sandro Augusto Haisi

Secretário da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição -



Jaime de Britto

Secretária dos Comitês Orçamentário e de Finanças de 1º e 2º Graus – Ana Paula Siqueira Firmino

Secretário do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Mário Luis Kruger

Assessora de Gabinete de Desembargador 8 – Ana Cristina de Lima Pilati

Servidor da Secretaria Geral da Presidência – Marcelo Iansen Loureiro

Servidora da Diretoria-Geral – Cleuci Biembenguti da Silva

Servidores da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Estatística – Anderson Corrêa Da Silva, Cláudia Cristina Thamm Otta, Israel Petrônio De Souza, Juliana Ferreira Rebouças, Luiz Francisco De Souza, Ricardo Ainati Humphreys e Tatiane Centeno Prestes





## Itens da reunião (ID 10775072)

### Item 1 da pauta (ID 10775073)

**Nome do item:** Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais de janeiro a setembro de 2024

Descrição:

O Desembargador Presidente Célio Horst Waldraff, Coordenador do Comitê de Governança e Estratégia, declarou aberta a reunião cumprimentando e agradecendo todos os presentes.

O Desembargador Corregedor Benedito Xavier da Silva ressaltou a importância do acompanhamento das metas processuais pelas Varas do Trabalho, destacando os painéis desenvolvidos pela Corregedoria.

O Secretário da Corregedoria Regional Sandro Augusto Haisi salientou que o Selo de Excelência é a ferramenta pela qual a Corregedoria acompanha o desempenho das Varas do Trabalho, e destacou o interesse das unidades no atendimento dos Desafios do Selo.

O servidor Luiz Henrique Tacconi, Diretor da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Estatística, iniciou apresentando a pauta e os novos membros eleitos do Comitê. Ressaltou quais são as metas para 2024 e a diferença entre os dados do CNJ (que utiliza o sistema DataJud) e do CSJT (que utiliza o sistema e-Gestão, da mesma forma que a Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados da SGE/TRT-PR) para aferição das metas, e que isso acaba refletindo nos glossários e painéis dos Conselhos, podendo ainda ocasionar eventuais discrepâncias nos dados. Destacou a dificuldade enfrentada pelos Tribunais em razão das várias versões dos glossários que são publicadas ao longo do ano, alterando o entendimento na aferição dos resultados.

Passou a expor os resultados das metas judiciárias e não judiciárias no período de janeiro a setembro de 2024.

A Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos está sendo cumprida pela cláusula de barreira. O Desembargador Gestor de Metas Arion Mazurkevic questionou sobre a alteração do período de apuração das metas, conforme sugerido pela Justiça do Trabalho



Documento "Ata/Pauta - 18.10.2024 - 3ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2024", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2024.TCWDR.VSVOK no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc assinado

nas Reuniões Preparatórias para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ) realizadas em maio e agosto. O servidor Luiz Henrique Tacconi informou que a equipe técnica do CNJ considera, tanto a questão do período de apuração quanto a cláusula de barreira, especificidades da Justica do Trabalho, e não concorda com a alteração. Mas só haverá um posicionamento definitivo após a finalização do processo participativo para elaboração das Metas Nacionais de 2025, que será no Encontro Nacional. O Desembargador Corregedor lembrou que nas Reuniões Preparatórias o Ministro Presidente do CNJ Luís Roberto Barroso se mostrou favorável em relação à alteração do período, assunto que também foi tratado no Coleprecor. O Desembargador Gestor de Metas complementou informando que o tema é também preocupação de outros ramos da justiça, como visto nas Preparatórias. Apontou como alternativa a suspensão dos processos pela Presidência durante o período do recesso judiciário, mas concordou que é melhor aguardar até o Encontro Nacional para que seja definida a forma do TRT-PR agir. O Desembargador Corregedor também concorda que deve ser aquardada a posição definitiva do CNJ, e mostrou preocupação em relação a um tribunal adotar critério como esse isoladamente. O Desembargador Presidente concorda que seja aguardado o Encontro para então discutir como proceder.

LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 30
/10/2024
SGE TRT9

CÉLIO
HORST
WALDRAFF
30/10/2024
TRT9

O servidor Luiz Henrique Tacconi prosseguiu com a exposição dos resultados. Com exceção da Meta Nacional 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário, que os projetos definidos estão em execução para atendimento da meta, todas as demais estão em cumprimento.

Concluiu-se a apresentação dos resultados, passando para o item seguinte da pauta.

## Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo.

#### Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

### Item 2 da pauta (ID 12648602)

**Nome do item:** Revisão do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024-2026 **Descrição:** 

Na sequência, o servidor Luiz Henrique Tacconi informou sobre a aprovação da revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT), conduzida pelo CSJT, que contou com a participação e contribuições de todos os Regionais.

O documento aprovado serviu de base para a elaboração, pela Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Estatística (SGE), da proposta de revisão do Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRT-PR.

A proposta de revisão do PEI foi enviada para apreciação dos membros do Comitê, não havendo manifestação, e no momento está no prazo para apreciação dos Desembargadores,



Documento "Ata/Pauta - 18.10.2024 - 3ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2024", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2024.TCWDR.VSVOK no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc\_assinado

para posterior encaminhamento para referendo do Tribunal Pleno na sessão de novembro. As alterações propostas são oriundas das Metas Nacionais aprovadas pelo CNJ no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário e da revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.





Concluiu apresentando os 13 novos indicadores, majoritariamente não processuais, que constam na proposta de revisão do PEI.

#### Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo.

#### Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

## Item 3 da pauta (ID 12648636)

Nome do item: Outras demandas estratégicas

Descrição:

Na sequência, o servidor Luiz Henrique Tacconi esclareceu a forma como são conduzidas pela SGE as Demandas Estratégicas dos Órgãos Superiores e de Controle (Levantamento de Governança, Ranking da Transparência do Poder Judiciário, Prêmio CNJ de Qualidade, Processo de Prestação de Contas ao TCU, dentre outras) em conjunto com as unidades responsáveis pelos temas tratados. Sobre a comunicação e a transparência, informou que as informações sobres os temas constam na página Governança e Estratégia do portal institucional e nos diversos relatórios e painéis disponibilizados pela SGE, e havendo a necessidade de manifestação do Comitê em algum assunto, a comunicação é feita por email. O Comitê foi questionado quanto à concordância de se manter esta forma a comunicação. Foi deliberado pelo Colegiado que seja mantida a forma com que a comunicação é atualmente realizada.

Em relação ao Levantamento de Governança (iESGo - TCU), destacou que o questionário é respondido com base em autoavaliação e os itens são sugestões de boas práticas. Enfatizou que conforme presenciado nos eventos promovidos pelo TCU para apresentação do novo questionário, não se espera o atendimento integral de todos os itens pelos órgãos. Apresentou o indicador iESGo e o desempenho do Tribunal.

No que se refere à edição 2024 do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, mostrou que, embora a colocação do Tribunal tenha ficado abaixo se comparada com a última edição, o desempenho vem aumentado ao longo dos anos. Lembrou que o resultado reflete no Prêmio CNJ de Qualidade, sendo que o Tribunal atingiu 80 pontos dos 100 possíveis.

O Desembargador Presidente pediu licença para se ausentar, agradeceu novamente a presença de todos e passou a condução da reunião para o Desembargador Vice-Presidente Marco Antônio Vianna Mansur.



O servidor Luiz Henrique Tacconi prosseguiu apresentando a proposta do Projeto Transparência 2025, que será conduzido em conjunto com a Diretoria-Geral, visando melhorar a colocação do Tribunal no Ranking. O Diretor-Geral Sandro Alencar Furtado complementou falando da importância da participação da DG, pela quantidade de unidades subordinadas responsáveis pelos itens do Ranking. Destacou a complexidade de atendimento do item específico que trata dos atos normativos, que envolverá a Diretoria-Geral, a Assessoria Jurídica e a Secretaria-Geral de TIC. O Comitê foi questionado quanto a ratificação do Projeto. Houve solicitação da Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade Angélica Cândido Nogara Slomp de que a proposta do projeto fosse disponibilizada na íntegra para análise dos membros do Comitê antes da ratificação, concordaram o Desembargador Vice-Presidente e o Desembargador Gestor de Metas. A proposta do Projeto será enviada aos membros e será aberto prazo para manifestações. A Dra. Angélica demonstrou interesse e se prontificou a fazer parte da equipe do projeto.

LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 30
/10/2024
SGE TRT9

CÉLIO
HORST
WALDRAFF

A respeito do Prêmio CNJ de Qualidade, informou sobre o resultado preliminar da edição 2024, sobre os recursos enviados e comunicou o início do processo da edição de 2025, que está na fase de impugnação da minuta da portaria.

O servidor finalizou a apresentação abrindo a palavra aos participantes.

A Dra. Angélica questionou sobre a aferição dos novos indicadores do PE-JT. O servidor Tacconi explicou que os critérios para apuração das metas serão definidos no glossário, que está em fase de aprovação pelo CSJT, e que as unidades internas do TRT-PR, assim como dos demais tribunais, participaram do processo de elaboração do PE-JT ao longo de 2024. A elaboração da minuta, conduzida pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) do CSJT, contou com a contribuição de todos os tribunais. A previsão é que seja publicado até o final do mês de outubro. A Juíza Auxiliar da Presidência Simone Galan de Figueiredo solicitou que a minuta seja compartilhada com os participantes. A Dra. Angélica alertou da dificuldade que será atingir as novas metas até o final do ano sem se conhecer ainda o que será cobrado.

O Desembargador Vice-Presidente, em nome do Desembargador Presidente, agradeceu ao servidor Luiz Henrique Tacconi pela organização da reunião e clareza da apresentação, e encerrou agradecendo a todos pela presença.

#### Solução Proposta:

- Comunicação e transparência: manter a forma como está sendo realizada a comunicação pela SGE.
- Projeto Ranking da Transparência 2025: encaminhar a proposta do projeto aos membros do Comitê por e-mail e para manifestações.

#### Deliberação:

- Comunicação e transparência: o Comitê concordou em manter a forma como está sendo realizada a comunicação pela SGE.



- Projeto Ranking da Transparência 2025: a proposta do projeto será enviada aos membros do Comitê por e-mail e será aberto prazo para manifestações.





